

Ativismo feminista online: análise das estratégias discursivas da hashtag #primeiroassédio

Digital feminist activism: analysis of discourses strategies hashtag #primeiroassédio

Érica Anita Baptista¹
anitaerica@gmail.com

Maiara Garcia Orlandini¹
orlandini.maia@gmail.com

Gabriela Carraro¹
gabriela_carraro@outlook.com

RESUMO

O presente estudo consiste em uma análise das estratégias discursivas em torno da hashtag #PrimeiroAssedio, que se consolidou como uma campanha para debate sobre o assédio nas redes sociais pelo blog feminista Think Olga. O objetivo é compreender através de quais dessas estratégias a campanha se espalhou na internet e tornou-se um ato de ativismo discursivo. Para isso, foram coletados 213 tweets, em 2015, feitos até um mês após o lançamento da campanha e analisados segundo seu conteúdo. A análise revelou que o incentivo aos relatos de si e o formato de *hashtag* foram as principais estratégias da campanha, além de um ponto de partida para outros debates e interações, que ajudaram a consolidar o debate enquanto ativismo digital, apesar de seu desenrolar espontâneo em um ambiente de disputa de repertórios.

Palavras-chave: Ação conectiva. Ativismo digital. Hashtag feminista.

ABSTRACT

The present study consists of an analysis of the discursive strategies around the hashtag #PrimeiroAssedio, which was consolidated as a campaign for debate on harassment on social networks by the feminist blog Think Olga. The goal is to understand through which of these strategies the campaign spread on the internet and became an act of discursive activism. For this, 213 tweets were collected in 2015, made up to one month after the launch of the campaign and analyzed according to its content. The analysis revealed that encouraging self-reporting and the hashtag format were the main strategies of the campaign, as well as a starting point for other debates and interactions, which helped to consolidate the debate as digital activism, despite its spontaneous development in an environment of disputing repertoires.

Keywords: Connective action. Digital activism. Feminist hashtag.

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha, Belo Horizonte (MG).

Introdução

A *hashtag* #PrimeiroAssedio foi lançada em outubro de 2015 pelo blog feminista Think Olga que, desde 2013, dedica-se à produção de conteúdo independente com o objetivo de empoderar mulheres por meio da informação. À época, a internet foi tomada por uma série de comentários sexuais a respeito de Valentina, menina de 12 anos participante de um programa de culinária da TV aberta brasileira. O blog teve esse episódio como gancho para problematização da temática do assédio, pedindo a suas seguidoras do Twitter que compartilhassem suas experiências utilizando o indexador #PrimeiroAssedio. A campanha chegou aos *trending topics* – lista de assuntos mais comentados na rede social – em apenas um dia após seu lançamento e atingiu a marca de 82 mil postagens em uma semana, inspirando o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) daquele ano.

Esse caso é exemplo de como a internet é um dos principais meios pelos quais os indivíduos se comunicam sobre temas políticos, sendo orientados e mediados pelas plataformas virtuais. Essa dinâmica – a partir da massificação das plataformas – altera as lógicas de mobilização, de formação de coletivos e de organização de ações políticas, tanto online quanto off-line (Choi e Park, 2014; Della Porta e Mosca, 2005; Hopke, 2015). Dessa forma, compreender essas mudanças enquanto positivas ou negativas e ao que se deve cada uma delas é importante, já que, por esse entendimento, é possível tanto superar as limitações da internet quanto dar uso estratégico às suas potencialidades, buscando construir movimentos mais participativos e amplos, resultando em diálogos mais democráticos (Maia, 2008, 2012). O uso das *hashtags* por movimentos feministas segue a lógica de muitos outros movimentos sociais que buscam nas plataformas digitais e em seus recursos, uma forma de se unir e ganhar visibilidade. Entrementes, cabe lembrar que os movimentos, nomeadamente, o feminista, do qual tratamos aqui, não se vale apenas de tais recursos, sendo ativo, também, em outros espaços, como as ruas.

Argumentamos (Q1) que o uso da *hashtag* #PrimeiroAssedio e o incentivo aos relatos de si foram ponto de partida para alavancar e dar visibilidade às discussões sobre a violência contra as mulheres; e, em um passo se-

guinte, (Q2) discutimos como essas ações motivaram outras categorias discursivas e outros tipos de interação, que levaram à expansão e consolidação da mobilização online em torno da questão dos direitos (e suas violações) das mulheres. Para discutir tais questionamentos, analisamos a circulação da *hashtag* #PrimeiroAssedio, tendo como base o artigo de Bernadette e David Barker-Plummer intitulado *Twitter as a feminist resource: #YesAllWomen, digital platforms, and discursive social change* (2017). Nele, os autores analisam a campanha americana #YesAllWomen², também pautada pelos depoimentos pessoais e indexada por *hashtag*, propondo nove categorias analíticas para os conteúdos e interações, das quais cinco foram replicadas no presente trabalho, dando a ver que as estratégias discursivas de #PrimeiroAssedio são semelhantes às de #YesAllWomen, embora não idênticas. Além disso, o corpus coletado através do Twitter foi trabalhado, a partir da análise de conteúdo, buscando evidenciar como cada tipo de interação motivou a participação na campanha, ajudou no espalhamento a diferentes públicos e agregou valores como crítica, reflexão, conscientização e ressignificação à discussão, consolidando-a como ativismo discursivo.

Outros trabalhos trataram da repercussão da *hashtag* #PrimeiroAssedio, com abordagens diversas e importantes, sobretudo, no sentido de reforçar e ampliar os movimentos em prol das políticas para as mulheres (Dixon, 2014; Clark, 2016; Hopke, 2015; Yang, 2016, para citar alguns). Nos inserimos nesse cenário e acreditamos que esta pesquisa contribui voltando o olhar para os relatos de assédios - que são, normalmente, encobertos por constrangimentos - e a ampliação da mobilização online pelas questões feministas.

Este artigo se divide em quatro seções. Na primeira, abordam-se as novas lógicas de organização das discussões políticas a partir das teorias da ação conectiva (Bennet e Segerberg, 2012); e os pontos positivos e negativos que a mediação por computador pode trazer às mobilizações (Prudêncio, 2009). A segunda seção apresenta características da sociedade patriarcal e dos coletivos feministas online (Freitas, 2017; Orlandini et al., 2019; Orlandini, 2019). A terceira seção traz os aspectos metodológicos e métodos acionados para este trabalho. E por fim, apresentamos os dados da pesquisa e discutimos seus resultados, à luz das teorias e conceitos mobilizados.

² #YesAllWomen, campanha disseminada nas redes sociais, principalmente *Twitter*, em meados de maio de 2014, surgiu em resposta à #NotAllMen, criada pelo público masculino após o massacre de Isla Vista, na Califórnia, EUA, em que Elliot Rodger, de 22, assassinou 7 pessoas motivado pelas rejeições afetivas e sexuais que sofreu de mulheres. A proposta de #YesAllWomen, assim como a #PrimeiroAssedio, era reunir relatos de machismo, misoginia e violência contra a mulher a fim de conscientizar sobre o sexismo.

Conversação e mobilização digital: disputas discursivas

A mediação por aparatos tecnológicos conferiu nova dimensão comunicacional às interações políticas. Distintas pesquisas concentram seus esforços em apreender o potencial político da esfera pública virtual (Dahlberg, 2004; Maia, 2008, 2012, para citar alguns). É a partir dessa perspectiva que a participação política incorporou o que estava excluído da participação e da vida política, ampliando a representatividade social e impulsionando a produção e troca de informações.

Nesse contexto, movimentos sociais que costumavam ser amparados e organizados por entidades institucionalizadas (partidos políticos, ONGs, entre outros) começaram a ganhar novos contornos e motivações na esfera virtual. A dinâmica virtual das mobilizações políticas fez os teóricos tensionarem a Teoria da Ação Coletiva (Maia, 2009) para conseguir abraçar esse novo fenômeno que incorpora novas formas de ação, junto àquelas mais tradicionais, dando origem a Ação Conectiva (Bennet e Segerberg, 2012). Enquanto a Ação Coletiva impõe a necessidade de criação de um “nós” – identidade coletiva – por meio de consensos e por demandar pela institucionalização, a lógica da Ação Conectiva intensifica a possibilidade de personalização na internet. É nesse contexto que as conversações travadas em ambiente online – principalmente através das plataformas de mídias digitais – contribuem com o surgimento de uma nova lógica organizacional nas várias dimensões comunicacionais como um rearranjo das noções de Ação Coletiva atreladas aos movimentos sociais anteriores às formas de ativismo digital.

Assim, a Ação Conectiva se descortina na esfera virtual, já que se estabelece como um meio propenso à rápida propagação de conteúdo e de ideias facilmente apropriáveis e passíveis de resignificação, o que exerce forte peso no potencial de alcance. Por meio do compartilhamento de imagens, vídeos e textos, é possível criar uma linguagem mais universal, com interpretações anatômicas que se adaptam ao contexto pessoal de cada indivíduo.

As mobilizações, protagonizadas nesse âmbito, contribuem para a politização de distintos públicos, cujas formas de relacionamento online moldam as estratégias, estímulos e motivação para mobilização (Vimeiro; Maia, 2017; Orlandini, 2019). Isso significa que as mobilizações online cumprem seu papel de transformação social não somente com a organização de protestos presenciais de peso e com seus atos políticos essencialmente virtuais,

ativos e discursivos, mas também porque, ao repercutirem e agenciarem as grandes mídias, conseguem atingir diferentes públicos e exercerem pressão por mudanças na esfera governamental.

Apesar das características promissoras do ativismo online, é preciso cuidado para não se render à uma visão ingênua da internet. Apesar de atuar como facilitadora de encontros e da criação de grupos discursivos em torno de variadas pautas, configurando-se como um ambiente mais interativo e acessível, a internet não deve ser vista como um meio utópico de promover deliberações mais democráticas que as anteriores, uma vez que o excesso de informações vindas de diferentes fontes pode causar confusão e desinformação, e que somente a presença de vozes diversas não são garantia de estarem sendo ouvidas e consideradas. (Prudêncio, 2009). Exemplo disso é o crescente fenômeno das *fake news* na internet: a rápida produção de conteúdos falsos e o dinamismo de seu compartilhamento, seja intencionalmente ou não, mas que é suficiente para interferir na qualidade da informação e em discussões políticas ao servirem como estratégia de manipulação de opinião (Baptista et al., 2019)

Há a formação de “bolhas digitais” pelos algoritmos de filtragem, que selecionam e mostram somente conteúdos de interesse prévio do usuário, o que favorece um ambiente de polarização (Sunstein, 2018). Axel Bruns (2019) alerta, por outro lado, que não é a internet a grande culpada por produzir as bolhas, sugerindo que se volte o olhar para os acontecimentos recentes das democracias, que já lidam com comportamentos populistas que favorecem a polarização, além de outras questões ideológicas e de valores que trabalham com a ideia de barreiras e segmentação. Assim, pode-se elaborar que esses movimentos encontram apoio na internet e a escolha algorítmica de conteúdo também traz consequências negativas, reduzindo, sobretudo, o acesso às opiniões divergentes e a experiências mais conflitantes (Lev-on e Manin, 2008; Sunstein, 2018), ocasionando silenciamento de vozes dissonantes (Corrêa et al., 2020).

Além disso, o meio digital é dotado de incivilidade, o que também afeta o desenrolar democrático das discussões. A ausência de polidez, respeito e tolerância, elementos considerados fundamentais para um debate político colaborativo, é facilitada no ambiente virtual pela possibilidade de anonimato, que cria uma propensão ao comportamento nocivo por parte dos usuários.

Esses comportamentos permeiam os diversos ambientes de discussão na internet, independente do tema em debate. Para autores alinhados à perspectiva de que

a conversação política é uma atividade relevante para o convívio em sociedades democráticas e interessados no potencial da internet para ampliar o debate público e promover novas oportunidades de participação política, a hostilidade nas discussões mediadas é especialmente alarmante – uma vez que impediria a realização do debate respeitoso e reflexivo idealizado. (Rossini, 2019; Rossini e Maia, 2019).

Dados tais pontos de vista, compreendemos que as características das discussões políticas travadas na internet – o que inclui tanto suas potencialidades quanto seus ruídos e impasses – são diferentes das formas de interação que ocorrem no âmbito físico, pois são influenciadas pelas funcionalidades impostas pela mediação do aparato tecnológico e suas *affordances*. Com isso, não somente os métodos e técnicas discursivas que culminam na mobilização online, mas a própria mobilização em si, ocorrem segundo suas próprias lógicas de estímulo, impulsionamento, formato de conteúdo e engajamento.

Ativismo feminista online: a expansão das *hashtags*

O Instituto Patrícia Galvão divulgou uma pesquisa (ÉNois Inteligência Jovem, 2015) realizada com 2.285 jovens brasileiras, em que descobriu que 90% delas já deixaram de fazer algo por medo das inúmeras violências praticadas contra as mulheres. Estatísticas como essa demonstram que as desigualdades de gênero são muito presentes em nosso cotidiano. Mulheres recebem menos que homens para exercerem os mesmos cargos; mulheres são preteridas pelos empregadores dadas as possibilidades de afastamento por gravidez ou para cuidar dos filhos; mulheres pobres ou mães solo têm jornada dupla, pois precisam trabalhar fora e cuidar das tarefas domésticas em casa; mulheres negras são afastadas dos estudos desde cedo e relegadas a trabalhos relativos ao cuidado, como na cozinha e na limpeza; mulheres lésbicas têm seus corpos fetichizados e sua sexualidade posta à prova, sendo expostas ao “estupro corretivo”; mulheres de todos os tipos são constantemente violadas, assediadas, silenciadas e culpadas por isso. Estes fenômenos, entre outros, são decorrentes de uma construção social que nos emerge em um sistema patriarcal.

Em relação a isso, Viviane Freitas (2017) aponta dois dos principais mecanismos de exclusão, fortemente atrelados à dicotomia público-privado: a divisão sexual do trabalho e a noção de privacidade. A autora explica que o trabalho era dividido na sociedade segundo uma

lógica sexista, que associava as mulheres à esfera doméstica e delegava aos homens as funções relacionadas ao trabalho externo e à interação com outros indivíduos. Nesse âmbito, as questões femininas eram consideradas privadas, enquanto as masculinas – por serem sociais – consideravam-se políticas. Ao serem relegadas a um trabalho essencialmente doméstico, as mulheres eram isoladas do convívio público e afastadas umas das outras, o que restringia a possibilidade da formação de coletivos para discussão de seus próprios problemas e reivindicações, além do fato de que, a ideia de que a mulher não pertencia ao político e sim ao privado, deslegitimava os pontos de vista femininos e a vocalização de suas problemáticas nas discussões públicas (Freitas, 2017; Orlandini et al., 2019).

A privacidade, por sua vez, apesar de ser importante para garantir a afirmação das identidades individuais e protegê-las da influência de fatores externos, também é vista como uma forma de silenciar as desigualdades entre os gêneros, que são instituídas em âmbito público e que se perpetuam no ambiente doméstico, onde permanecem escondidas, silenciadas e apagadas. Ao associar a noção de privacidade a um espaço – o lar –, entende-se que as relações e conflitos que ali se descortinam são apenas de responsabilidade interna familiar e que não deveria sofrer interferência do Estado. Nesse núcleo, porém, pelo contrato de casamento, as mulheres pertenciam e deviam submissão aos maridos, motivos pelos quais muitas eram submetidas a situações de violência doméstica, violação conjugal e responsabilização individual por tarefas de usufruto coletivo, questões que não eram consideradas como públicas por ocorrerem no espaço da privacidade. Por estarem vinculadas a tal contrato e por serem, através dele, providas pelos homens e legitimadas pela sociedade, e por não terem autonomia para compartilhar, problematizar e vocalizar tais problemáticas, a privacidade individual da mulher era coagida e dissolvida na privacidade do núcleo familiar (Freitas, 2017).

O inconformismo com essa situação no Brasil, no entanto, também vem de longa data. Tendo em vista a multiplicidade de vivências pertinentes às mulheres, diversos “feminismos”, cada qual com suas agendas, se descortinam através da interseção com outras pautas – como as do movimento negro, por exemplo. Mulheres como Dandara dos Palmares, guerreira quilombola abolicionista falecida em 1694; Bertha Lutz, que participou da articulação política responsável pelas leis que deram às mulheres o direito de voto nas décadas de 1920 e 1930; Carlota Pereira de Queirós, primeira mulher brasileira a ser eleita deputada federal em 1934; Olga Benário,

militante comunista alemã que lutou contra o governo ditatorial de Getúlio Vargas no Levante Comunista de 1935; e Laudelina de Campos Melo, fundadora do primeiro sindicato de trabalhadoras domésticas do Brasil (1936), tornaram-se figuras históricas ao agirem pela equidade entre os gêneros, algumas em concomitância com questões políticas de outras minorias.

Com a massificação da internet a partir do século XXI, escândalos envolvendo questões de gênero contribuíram para acender a discussão sobre pautas feministas no âmbito virtual. Autoras como Jennifer Baumgardner (2011), Kira Cochrane (2013), Kitsy Dixon (2014) e Prudence Chamberlain (2017) defendem esta como a quarta onda do feminismo, a qual, para esta última autora, seria emocionalmente motivada, tendo surgido do compartilhamento de sentimentos que criaram um ambiente afetivo propício ao ativismo (Chamberlain, 2017).

Um dos marcos da quarta onda do feminismo foi quando, em 2011, após virem a público casos de assédio ocorridos na Universidade de Toronto, no Canadá, os quais um policial atribuiu ao fato de as mulheres se vestirem como “vagabundas” (*sluts*, em inglês), foi organizada no país a marcha *Slut Walks*, que se apropriou da internet para sua divulgação. À época, a chamada para os protestos contra os abusos sexuais viralizaram, o que fez com que chegassem em outros países como Estados Unidos, Holanda, Suécia, Austrália, Argentina e também no Brasil, onde ganharam novas versões – aqui, por exemplo, a Marcha das Vadias. Nesse contexto, as redes passaram a ser utilizadas não somente para divulgação de protestos presenciais, mas também para distribuição de conteúdo, troca de informações e debates sobre fatos cotidianos que envolvem desigualdades de gêneros.

A nova forma de mobilização deu origem a coletivos feministas online, passando a se estruturar através da criação de blogs, fóruns, portais e canais segmentados, aglutinando e impulsionando as discussões de gênero, bem como a participação ativa em tais discussões. Algumas das campanhas de discussão de gênero nas redes sociais buscaram facilitar ainda mais a propagação, a filtragem e a aglutinação de seu conteúdo por meio do uso das hashtags. Esse novo modelo de ativismo ao ser incorporado pelos coletivos feministas oferece voz à grupos historicamente marginalizados e que ao fazê-lo está redefinindo “a maneira como vemos os componentes ativos do feminismo em nossa sociedade atual” (Dixon, 2014).

A prática do ativismo feminista, especificamente de hashtag, vem sendo estudada em diferentes perspec-

tivas e chamada de feminismo de hashtag (no inglês, *hashtag feminism*). A literatura sobre o assunto investiga a prática de reivindicação de desigualdade e violência de gênero que circula às plataformas de mídias sociais indexadas com *hashtags*. Em geral, os trabalhos se concentram em como essa nova forma de mobilização é incorporada pelos movimentos feministas ao ser apreendido como uma tática discursiva (Clark, 2016; Barker-Plummer e Barker-Plummer, 2017; Shaw, 2016; Khoja-Moolji, 2015), que ganha apoiadores e destaque dos *medias* pelo potencial de engajamento dos relatos pessoais (Rodino-Colocino, 2014; Thrift, 2014; Dixon, 2014; Eagle, 2015), pelos memes (Thrift, 2014) e pela manutenção e criação de redes de troca (Kim, 2017).

Apesar das limitações desse novo modelo de ativismo - que é ocasionada pelos *trollings* que podem expor às mulheres à retaliações e linchamentos virtuais (Dixon 2014; Ganzer, 2014) - pesquisas revelaram que os ganhos democráticos dessas mobilizações rompem as barreiras do online e estendem a outras esferas (Kim, 2017; Dixon, 2014), podendo chegar à esfera governamental em alguns casos (Orlandini, 2019).

Considerando a ambiguidade que envolve a efetividade desse modelo de ativismo e tensionando ao contexto brasileiro, argumentamos que o uso da *hashtag* #PrimeiroAssedio e o incentivo aos relatos de si foram ponto de partida para alavancar e dar visibilidade às discussões sobre a violência contra as mulheres; e, em um passo seguinte, a campanha motivou outras categorias discursivas e outros tipos de interação, que levaram à expansão e consolidação da mobilização online em torno da questão dos direitos das mulheres e suas violações.

Coleta de dados e corpus

Os dados foram extraídos da rede social Twitter e consistem nas publicações (*tweets*) que indexam a *hashtag* #PrimeiroAssedio, no período entre 21 de outubro e 21 de novembro de 2015, que corresponde ao primeiro mês após seu lançamento pelo blog Think Olga. Este período foi escolhido dada a maneira súbita com a qual #PrimeiroAssedio ganhou relevância. Segundo dados da plataforma *Google Trends*, houve um pico de popularidade da tag já no terceiro dia após o início das discussões, e o termo se manteve relevante, ainda que com certa flutuação, por no mínimo 10 dias após seu surgimento.

Apreender a conversação em *hashtag* se faz interessante pelo potencial mobilizador, mas também – e principalmente – pela possibilidade de apreender a inte-

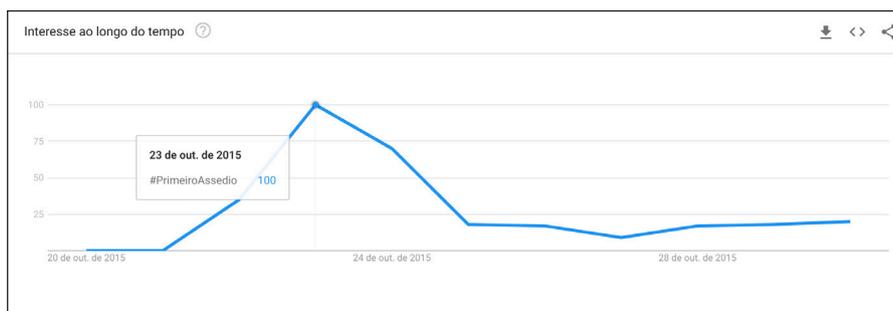


Gráfico 1. Evolução da popularidade da #PrimeiroAssedio em 10 dias.

Graph 1. Evolution of the popularity of #PrimeiroAssedio in 10 days.

Fonte/Source: Google Trends.

ração fora da “bolha”, já que viabiliza a interação com usuários que não pertencem a sua rede de contato. Apesar de possibilitar acesso direto à Interface de Programação de Aplicações (API), o Twitter não é uma rede neutra. Os fluxos de dados são organizados pelo algoritmo da rede, que pode conferir maior ou menor visibilidade à algumas hashtags e conteúdos (Van Dijk, 2013; Van Dijk e Poell, 2013). Assim, é necessário apreender que os dados que circulam nessa plataforma não se estabelecem como espelhos reais da sociedade, mas sim são quadros sociais mediados pelas redes sociais e seus interesses.

Para além do poder de hierarquizar e ocultar os conteúdos, a plataforma Twitter restringe o acesso ao dados, possibilitando apenas coletas em tempo real ou retroativas em no máximo 7 dias. A partir dessas limitações, foi utilizada a técnica de *web scraping*, automatizada através do *software* Scrape Hero – um *web robot* que funciona como uma extensão gratuita para navegador. A técnica de *web scraping*, a partir do *software* mencionado, permite a coleta dos dados visíveis sem ser necessário acesso ao API³ da plataforma. O seu uso não extrai informação que não podem ser acessadas por um usuário, ou seja, extraímos exatamente o que nos é oferecido em uma navegação *web* comum. Através do recurso disponibilizado pela rede social, chamado “busca avançada”⁴ - na qual se especifica dados da busca, como

hashtag e recorte temporal - o *software* coletou os dados disponíveis e exportou em formato *comma-separated values* (csv.). Vale salientar que buscando neutralizar ao máximo o processo, utilizamos um perfil *coldstarter*, que é um usuário recém criado, sem rede de contato e preferências de navegabilidade.

Foram aglutinados 213 *tweets* contendo a *hashtag* #PrimeiroAssedio. Ainda que a amostra coletada não reflita os números reais de *tweets* que indexaram a *hashtag*, ela nos fornece informações importantes para entender os quadros acionados durante a mobilização. Para tal, a análise deu-se pela leitura sistemática das publicações coletadas e da análise de conteúdo⁵, seguindo cinco categorias analíticas, que serão descritas na próxima seção.

Literatura de suporte e categorias analíticas

As categorias analíticas deste trabalho foram inspiradas no artigo de Barker-Plummer e Barker-Plummer (2017). Nele, os autores avaliam a campanha #YesAllWomen, que permeou as redes sociais e ganhou popularidade nos Estados Unidos em maio de 2014, após um episódio de misoginia ocorrido na cidade californiana de Santa Bárbara: o massacre de Isla Vista, em que, motivado por

³ *Web scraper* é uma Interface de Programação de Aplicações (API) ou ferramenta que utiliza os padrões de construção do HyperText Markup Language (HTML) para a extração de dados de um *site*.

⁴ Disponível em: <https://twitter.com/search-advanced?lang=pt>. Acessado em 24 jun de 2020.

⁵ Berelson (1952) define a análise de conteúdo como uma técnica de pesquisa que atua na descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação, ou seja, do conteúdo explícito. Portanto, a presente pesquisa se pauta na análise de conteúdo, no padrão categorial (Bardin, 1979; Bauer e Gaskell, 2008).

rejeições sexuais e afetivas, o estudante Elliot Rodger, de 22 anos, teria matado 6 pessoas, ferido outras 13 e se suicidado logo em seguida. Após o ocorrido, o público masculino lançou nas redes a *hashtag* #NotAllMen, cujo objetivo era refutar a generalização do comportamento masculino com base nas atitudes de Elliot, através da premissa “not all men are like that” (em português, “nem todos os homens são assim”). De contrapartida, as mulheres responderam com #YesAllWomen, campanha que reuniu relatos de misoginia, discriminação e assédio sofrido por mulheres, na tentativa de demonstrar que, embora grande parte dos homens não admitissem praticá-las, a maioria delas sofria com tais tipos de violência. Como no caso brasileiro, a campanha estadunidense se desdobrou em táticas discursivas, não se estendendo ao ativismo offline (cf. Klang e Madison, 2016).

Barker-Plummer e Barker-Plummer (2017), a partir de coleta de dados no Twitter, mapearam palavras e expressões que fossem capazes de identificar uma semântica comum entre os *tweets* relacionados à *hashtag* #YesAllWomen. Como parte da pesquisa, os autores trabalharam, também, no plano do discurso, com o objetivo de compreender as estratégias discursivas envolvidas na formação de uma identidade coletiva, incluindo experiências e a identificação de práticas culturais dominantes.

As formas analíticas utilizadas pelos autores supracitados foram adaptadas neste trabalho. Consideramos a adaptação em lugar de uma aplicação direta, por entendermos que o cerne da questão se mantém, porém, o contexto da campanha, a formação histórica e as práticas culturais não são iguais. Sobretudo, os relatos publicados no Twitter revelam que o Brasil ainda não tem as liberdades individuais garantidas e a base social e cultural ainda se mantém sustentada pelo silenciamento de violências contra as mulheres em meio a uma prática patriarcal arraigada na sociedade brasileira.

Desse modo, compreender a visibilidade da campanha no Brasil e a importância dos relatos se tornaram aspectos relevantes neste trabalho. Ademais de uma repaginação conjuntural, o trabalho de Barker-Plummer e Barker-Plummer (2017) parte do método de análise crítica do discurso e, aqui, empregou-se o método de análise de conteúdo categorial, considerando o *tweet* como a unidade de análise. O argumento para tal mudança se sustenta na necessidade de uma observação mais ampla do alcance da campanha e dos relatos como estratégia. Convém mencionar que a replicabilidade é uma das fundações da análise de conteúdo de viés quantitativo e é assegurada através dos testes de confiabilidade (Kri-

ppendorff, 2004; Neuendorf, 2002). Replicar categorias analíticas, nesses parâmetros, permitem comparações e tensionamentos entre os resultados, podendo nos levar à achados contrastantes.

Para a análise de conteúdo proposta, foi criado um livro de código composto por operadores dedutivamente selecionados do trabalho de Barker-Plummer e Barker-Plummer (2017). O objetivo é apreender os distanciamentos e convergências de mobilizações que são próximas em sua natureza, pautas e táticas discursivas. Para tal, nos apoiamos nos operadores analíticos que englobam estratégias para construção de identidade e consciência coletiva, integrado pelas categorias: (a) relatos de si; (b) responsabilização pelas ameaças; (c) paralelos entre os gêneros; (d) críticas gerais às atitudes machistas; e (e) problematização do feminismo universal. Observamos, ainda, o silenciamento, que Eni Orlandi (2015[1990]) trata como o real da significação, mas que não se evidencia no discurso; e consideramos o potencial político dos relatos de si (Young, 1996, 2002; Butler, 2015). Cada publicação foi tratada individualmente e pode pertencer a uma, múltiplas ou nenhuma das categorias propostas.

Conteúdo dos *tweets* e seus impactos na mobilização

A campanha #PrimeiroAssedio se iniciou com o impulsionamento do blog feminista Think Olga, a partir do momento em que sua criadora, a jornalista Juliana de Faria, lançou a *hashtag* no Twitter convidando as seguidoras a relatarem episódios de assédio que, por ventura, tivessem sofrido. Várias usuárias da rede social narraram suas experiências pessoais e criaram uma rede para apoiar uma às outras. O caso ilustra que contar histórias de vida em contextos políticos, formais ou informais, é considerado uma forma argumentativa que contribui para o debate e deliberação de assunto caros à sociedade (Young, 1996, 2002).

Na *hashtag* analisada, os relatos pessoais criaram um espaço no qual as vítimas de opressões se reconhecem na dor e dano sofrido. Ao contar detalhes sobre as primeiras vezes em que foram assediadas, as mulheres evocaram em seus relatos reações emocionais – medo, choro, nojo, vergonha, culpa –, tanto relativas ao momento do assédio quanto ao lembrar desses momentos e ao ler os depoimentos alheios. Outras, por sua vez, disseram que sequer conseguem lembrar de seu primeiro assédio e que já não se surpreendem mais com a prática, reclamando da recorrência dela em suas vidas. Esses elementos conec-

tam as experiências individuais semelhantes, mostrando que os episódios de assédio são tão recorrentes como o descontentamento com eles.

Do lado oposto aos relatos, o silenciamento também aparece como recurso discursivo nas discussões analisadas (Orlandi, 1995, 2015 [1990]). Para além do potencial democrático da internet – que proporciona espaço para as vozes dissonantes que historicamente foram abafadas dos debates públicos - se faz necessário compreender que a internet, em especial as plataformas de redes sociais, também podem refletir as discriminações e silenciamentos que ocorrem na sociedade. Pesquisas recentes mostram que os algoritmos das plataformas podem tornar conteúdos mais ou menos influentes refletindo os valores socioculturais que permeiam a sociedade (Corrêa et al., 2020; Leite e Silva, 2019). Assim, conteúdos produzidos

por mulheres negras ou lésbicas, por exemplo, sofrem tentativas de silenciamento, seja pela própria arquitetura da rede (*affordances*, algoritmos, etc.) ou por ordem da recepção daquele conteúdo. Ou seja, “do mesmo modo que [a internet] dá voz aos grupos que foram socialmente historicamente vulnerabilizados, a rede possui restrições e limites ao alcance desses” (Corrêa et al., 2020, p.22).

A codificação realizada do material coletado (N=213), partiu, em princípio, da análise das macro-categorias “Estratégias para construção de identidade e consciência coletiva e Estratégias para construção de um protesto político online”. Em seguida, trabalhamos com as categorias, de fato, e as subdividimos em variáveis explicativas. São categorias que podem ocorrer simultaneamente ou não ocorrerem, e os resultados seguem nas tabelas abaixo.

Categorias	Variáveis	Volume de tweets por variável em relação ao N=213	Porcentagem de tweets por categoria em relação ao N=213
Relatos de si	Detalhamentos com emoções negativas	10,8%	17,8%
	Depoimentos que criticam a recorrência	7%	
Críticas às atitudes machistas	Em resposta aos ataques à <i>hashtag</i>	5,6%	10,2%
	Críticas gerais	9,9%	
Responsabilização e paralelos entre os gêneros	Paralelos	4,7	7%
	Responsabilização	2,3%	
	Incivilizadas	1%	

Tabela 1. Quantificação de *tweets* analisados segundo a macro-categoria Estratégias para construção de identidade e consciência coletiva*.

Table 1. Quantification of *tweets* analyzed according to the macro-category Strategies for building identity and collective awareness*.

Fonte/Source: Autoras.

*(N=213) Categorias não são auto-excludentes, portanto, a soma não alcança o N e a soma das porcentagens não se totaliza em 100%. Por isso, optamos por não reportar em % todas as categorias e variáveis contempladas na análise.

A macro-categoria mais evidente foi “Estratégias para construção de identidades coletiva” (ver Tabela 1), que alcançou a ocorrência em 35% dos tweets analisados, ao passo que “Estratégias para construção de um protesto político online” (ver Tabela 2) foi observada em 19,1% das oportunidades. Ao analisar as categorias, nota-se que os “relatos de si” foram mais significativos.

As publicações presentes na categoria “Relatos de si”, recorrentes em 17,8% dos *tweets*, tornam-se importantes para a construção de consciência e identidade coletiva já que explicitam que o pessoal é público: os assédios ocorrem de forma epidêmica, permeando o cotidiano feminino como um todo, e não devem, portanto, ser interpretados como fatos isolados. O compartilhamento e aglutinação desses relatos são de extrema importância para que haja essa percepção, pois, partindo das ações pessoais isoladas, as mulheres constroem identidades coletivas em vista da identificação, da solidariedade e do encorajamento. Assumir o dano sofrido frente ao outro é o que constitui essas mulheres enquanto sujeitas políticas ativas. Esse processo existe, uma vez que narrar suas histórias frente ao outro, envolve o processo reflexivo de assumir seu lugar enquanto sujeito dotado de direitos e deveres (Butler, 2015; Marques e Mendonça, 2018). A partir disso, são formados grupos de apoio onde podem compartilhar, descobrir e problematizar outros aspectos de suas realidades que também se relacionam ao contexto da desigualdade de gêneros, como vemos nos seguintes relatos:

Aos 10 anos um tio que morou conosco me assediou e fez propostas. Nunca comentei com a família por medo de me culparem. #PrimeiroAssedio (21 de out de 2015)

Eu tinha 12 anos tava no ônibus voltando do curso de inglês. O cara sentou do meu lado e começou a se masturbar. só chorei! #PrimeiroAssedio (22 de out de 2015)

Pior é quando vc não lembra do seu #PrimeiroAssedio porque acontece todo dia, inclusive lembra do último, que foi hoje mesmo (21 de out de 2015)

Essa hashtag #PrimeiroAssedio me fazendo lembrar as coisas que escuto desde que tenho uns 13 anos, nojo (22 de out de 2015)

Essas problematizações suscitam novos questionamentos e pontos de vista, que estão presentes nas

categorias de “Responsabilização pelas ameaças” e “Paralelos entre os gêneros”. Aqui, ambas serão analisadas em conjunto, pois produzem efeitos semelhantes e complementares: enquanto na primeira categoria aparecem os impactos do assédio na vivência das mulheres, na segunda as postagens comparam essa vivência com a dos homens, deixando claro que a relação entre os gêneros é desigual e opressiva.

Porque é mais fácil ensinar as meninas a teremem, do que os meninos a respeitarem? #PrimeiroAssedio (23 de out de 2015)

Você acostuma a sentir medo nas ruas desde pequena, porque você é mulher. #PrimeiroAssedio #PrimeiroAbuso (22 de out de 2015)

eu cresci achando natural evitar lugares onde “tem mto [muito] homem” #PrimeiroAssedio (23 de out de 2015)

Nas publicações acima, as mulheres explicitam um cotidiano perpetuado pelo sentimento de medo, que fora atribuído a elas ainda desde a infância. Esse medo, resultado da naturalização das violências de gênero, é capaz de implicar na perda da liberdade, pois faz com que as mulheres abram mão de seus direitos em busca de evitar situações de violência. Na categoria de “Responsabilização pelas ameaças”, inclusive, encontram-se *tweets* que compartilham dicas e truques para fugir de tais circunstâncias, como evitar usar roupas curtas e escolher peças mais grossas, na tentativa de esconder o próprio corpo, e preferir sentar ao lado de outras mulheres no transporte coletivo, para evitar o contato masculino.

Esse contexto, relatado pelas mulheres e desconhecido pelos homens, tem raízes no trato à mulher enquanto propriedade, o que faz com que os homens sintam-se a vontade para se apropriarem de seus corpos; e na dicotomia público-privado, segundo a qual a mulher não pertence ao convívio público. Ao transitarem nesses espaços, naturalizados como próprios dos homens, as mulheres são constantemente violadas e responsabilizadas por isso, já que estão transgredindo as fronteiras do privado, do doméstico, local que a elas compete. As publicações que descortinam os impactos do assédio na realidade feminina são importantes pois enfraquecem a banalização dessas práticas, enquanto que as postagens comparativas evidenciam se tratar de um problema diretamente ligado ao gênero. Esses são alguns passos dados

em direção a novos quadros de interpretação da realidade, que levam ao entendimento do assédio enquanto uma das inúmeras violências de gênero, problema estrutural decorrente de um sistema sociopolítico patriarcal publicamente instituído.

No caso da campanha #PrimeiroAssédio, outro tipo de conteúdo que evidencia e ilustra as práticas machistas e misóginas enquanto questões estruturais está presente na segunda macro-categoria, “Estratégias para construção de um protesto político online”, qual seja, a categoria “Críticas à hashtag”, que mostra que a internet não só é facilitadora do encontro de ideias consonantes, mas também entre atores com vivências, contextos e interpretações opostas, levando o debate a uma situação de crise e conflito.

Entre o material coletado, figuram *tweets* onde o público masculino manifesta uma contrariedade misógina à campanha, alguns de forma irônica, outros de forma incivilizada, como nos *tweets* a seguir:

#PrimeiroAssedio Acho que eu tinha uns 10 anos. Uma empregada me deixou pegar nos peitos dela. Foi bom pra cacete. (22 de out de 2015)

#PrimeiroAssedio eu tava na rua, uma menina cega encostou no meu braço pedindo ajuda para atravessar. Corri. #MeuCorpoMinhasRegras (22 de out de 2015)

#PrimeiroAssedio professora parou de dar a matéria no quadro pra falar q meu bigode é lindo (11 de nov de 2015)

No escopo das publicações sarcásticas estão aquelas que fizeram piada dos relatos pessoais de assédio compartilhados por mulheres, como as que aparecem acima. Uma dessas foi emitida por uma figura pública – o cantor Roger Moreira – e alcançou o maior número de likes entre todo o conteúdo analisado: 1,2 mil. Já as versões mais explícitas são ilustradas pelos *tweets* presentes na Figura 4, que foi compartilhada pelas participantes da campanha junto a diversas expressões negativas.

Essas publicações configuram-se como práticas de silenciamento feminino, que consiste na tentativa de apagamento das opiniões e pontos de vista das mulheres através da desqualificação deles. O silenciamento, por sua vez, está presente tanto na ausência de determinado conteúdo, como no excesso de outros. Ou seja, isso ocorre “como forma não de calar, mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’” (Orlandi, 2015 [1990], p.53). Como recurso discursivo, é estimulada a ignorância aos problemas femininos e a manutenção dos privilégios masculinos, cujos pontos de vista são dados enquanto unicamente legítimos.

Os *tweets* descritos na categoria de “Críticas à hashtag” são silenciadores pois ora reduzem os problemas vocalizados pelas mulheres a piadas, exageros, vitimi-

Categorias	Variáveis	Volume de tweets por variável em relação ao N=213	Porcentagem de tweets por categoria em relação ao N=213
Críticas à hashtag	Humorísticas, irônicas e debochadas	2,3%	
	Incivilizadas	1%	3,2%
Respostas e argumentações contra as críticas			16,9%

Tabela 2. Quantificação de *tweets* analisados segundo a macro-categoria Estratégias para construção de um protesto político online*.

Table 2. Quantification of *tweets* analyzed according to the macro-category Strategies for building an online political protest*.

Fonte/Source: Autoras.

*(N=213) Categorias não são auto-excludentes, portanto a soma não alcança o N e a soma das porcentagens não se totaliza em 100%. Por isso, optamos por não reportar em % todas as categorias e variáveis contempladas na análise.

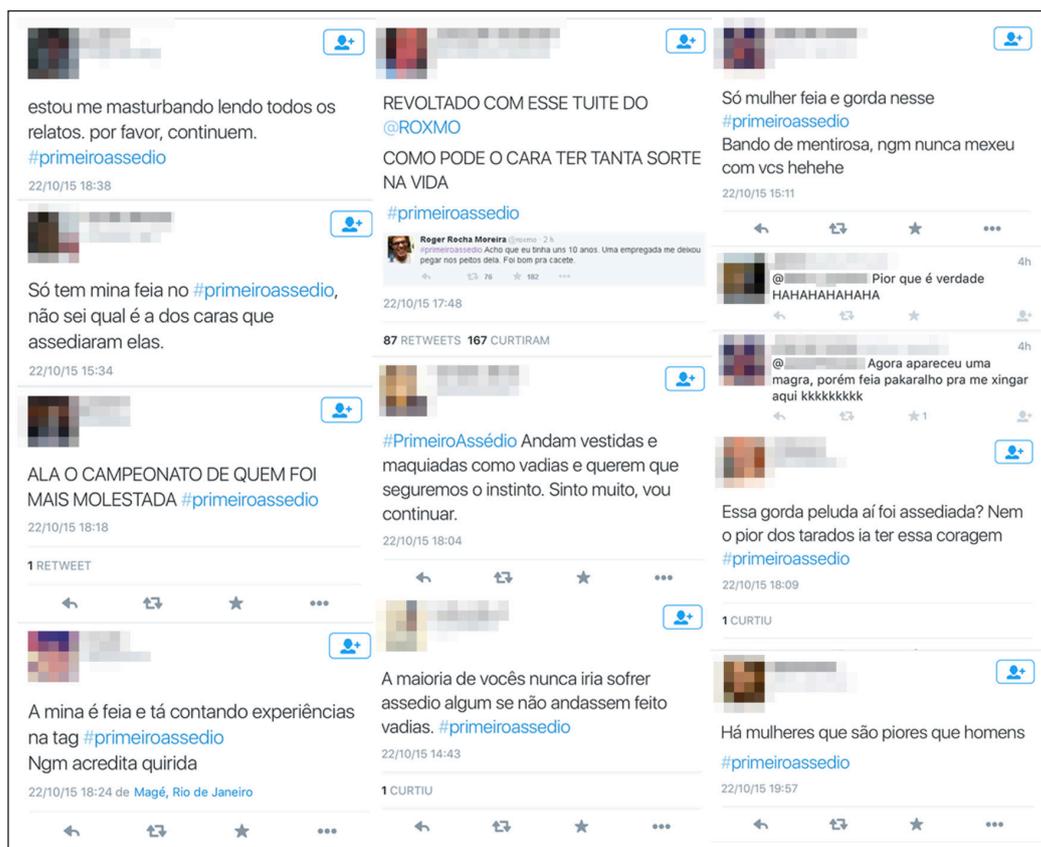


Figura 1. Compilado de *tweets* misóginos em resposta à #PrimeiroAssedio.

Figure 1. Compiled from misogynistic tweets in response to #PrimeiroAssedio.

Fonte/Source: Twitter.

zações e impressões infundadas, ora atacam as próprias mulheres na tentativa de invalidar o que dizem, o que pode acontecer em relação às suas personalidades – como quando são chamadas de loucas, mentirosas e excessivamente frágeis – ou em relação às suas aparências – como quando são ditas feias de mais para sofrerem assédio ou culpabilizadas com a justificativa de parecerem “vadias”.

Os *tweets* críticos à *hashtag* provocaram a argumentação das mulheres em defesa de seus pontos de vista. Algumas das estratégias argumentativas consistiam em utilizar as próprias publicações contrárias e misóginas para conferir legitimidade às queixas – tanto através de interpretações sobre essas postagens ou do *retweet* delas acompanhado de expressões negativas –, enquanto outras apostaram em fazer com que os homens enxergassem os prejuízos do assédio a eles próprios ou às pessoas com quem eles possuem vínculos familiares ou emocionais.

Será que deu pra algum homem perceber que acontece com criança, irmã, mãe, tia...? #PrimeiroAbuso #PrimeiroAssedio (22 de out de 2015)

Mulheres são nossas mães, irmãs, filhas, amigas, amadas... Mulheres são para serem queridas e respeitadas! #PrimeiroAssedio (22 de out de 2015)

Já dizia Tupac: “Uma mulher te colocou nesse mundo, então você não tem direito a desrespeitar uma delas” #PrimeiroAssedio (22 de out de 2015)

Esse processo de argumentação é de extrema importância, já que através dele dão-se processos de alinhamento de quadros com públicos cujos valores e formas de interpretação da realidade são divergentes ou extremamente contrários à problematização do assédio. Resistir a tais opiniões e respondê-las com novos pontos

de vista permite a transformação interpretativa ou a negociação de consensos. A partir disso, mesmo que uma visão prevaleça sobre a outra, são estabelecidos precedentes para resolução de conflitos, que são aplicáveis a futuros contextos de mobilização em torno de temas semelhantes.

Responder às críticas misóginas e silenciadoras à hashtag #PrimeiroAssedio foi o que motivou algumas das publicações pertencentes à categoria “Críticas gerais ao machismo”, que aglutina manifestações de descontentamento para além dos assédios e de seus reflexos, mas a outras práticas de opressão. Algumas dessas práticas se tornam evidentes durante a participação na campanha, como os próprios ataques à hashtag ou a participação masculina que, apesar de favorável, atacou o protagonismo das mulheres. Outras, por sua vez, são trazidas de vivências *off-line* ou de um contato prévio com o feminismo, como o reconhecimento do assédio enquanto cultural e do movimento feminista como algo importante. Essas publicações contribuem para amplificar o quadro reflexivo, dando a ver que as violências de gênero são múltiplas. Isso não só desperta a identificação de outras mulheres, como descortina práticas misóginas como pertencentes a um mesmo conjunto, embora não seja possível explicar suas raízes dado o curto limite de caracteres do Twitter.

O assédio é diário, é na rua, no trampo, no busão... não venham me dizer que somos iguais e que a nossa luta não é válida #PrimeiroAssedio (24 de out de 2015)

Então quer dizer que teve o famigerado EsquerdoMacho™ transformando o #PrimeiroAssedio num assunto sobre eles? Nenhuma novidade. (8 de nov de 2015)

A tag #PrimeiroAssedio objetivava expor o quão disseminada está a cultura do estupro. As respostas machistas confirmam o drama das mulheres. (23 de out de 2015)

Todas as publicações e categorias citadas acima caracterizam-se como atos de ativismo discursivo, que se entende por “políticas de construção de conhecimento, crítica, reflexão, reformulação, conscientização e construção coletiva de significado” (Barker-plummer e Barker-plummer, 2017, p.4). Nosso ponto de partida foi (Q1) questionar se o uso de uma hashtag e do incentivo aos relatos de si impulsionariam discussões. Concluímos que sim, na medida em que tais ações deram início à for-

mação de coletivos de mulheres ligadas pela semelhança entre suas vivências e descontentamentos. A coletivização dessas experiências negativas mostra que não são fatos isolados, mas o resultado de um padrão comportamental masculino de violência e opressão. Também (Q2) nos interessou observar se as atitudes de hashtag e relatos de si motivariam outras categorias discursivas e outros tipos de interação que levaram à expansão e consolidação da mobilização online. Consideramos positivo, pois, a partir desse conhecimento, as mulheres passam a refletir sobre o assédio e explicar as consequências dessa prática em outros momentos de seu cotidiano, além de comparar essa realidade, permeada por medo e opressão, com a realidade dos homens. Esse ato de comparação, somado à coletivização de relatos, dá início ao entendimento de que contextos desiguais são vividos por todas as mulheres e que a motivação está ligada ao gênero. Romper com padrões interpretativos pautados pela individualidade já é uma mudança social propriamente dita, pois é um passo em direção à politização de certas problemáticas, ou seja, ao entendimento de que os assédios e outras violências de gênero são reflexos de uma ordem social publicamente instituída pautada pelo patriarcalismo.

Considerações finais

Assim como em #YesAllWomen, as principais estratégias que impulsionaram as discussões em torno da #PrimeiroAssedio foram o fato de a campanha ter surgido como estímulo a relatos pessoais e o uso de uma hashtag para aglutinar esses relatos. Dois pontos explicam: necessidade de dar às mulheres espaço para falarem de suas próprias experiências, servindo de motivação pessoal para participar de uma discussão; e as hashtags são marcadores que ajudam não somente no espalhamento, mas na aglutinação de conteúdo. A visualização de uma nuvem de relatos semelhantes aglutinados pela hashtag foi o que fomentou a formação de identidades coletivas, orientadas por valores de identificação e empatia, e induziu nas mulheres outras reflexões, que impulsionaram outros tipos de interação. A recorrência do assédio, as formas como essa prática afeta o cotidiano feminino e o fato de os homens estarem livres dessas afetações foram pensamentos críticos estimulados pelos relatos, enquanto as declarações misóginas e intolerantes que muitos homens expressaram sobre a campanha reforçaram a existência da opressão entre os gêneros e proporcionaram um contexto de embate.

Esse embate despertou nas mulheres a necessidade

de argumentação e resposta, nas quais vieram à tona o enfrentamento a outras violências de gênero, como às práticas de silenciamento, à banalização das pautas das mulheres e à culpabilização das vítimas. Nesse processo de argumentação, foram oferecidos novos quadros de interpretação e fortalecidos os vínculos com a campanha, tornando possível a problematização acerca de não só uma, mas de diversas pautas do movimento feminista, embora isso tenha se dado espontaneamente no desenrolar das discussões e sem vínculo com o movimento social propriamente dito. A consciência da coletividade, por sua vez, foi se formando durante a conversação e reforçada por novos pontos que surgiram durante o debate.

De fato, a internet oferece possibilidade de as mulheres compartilharem suas experiências, descontentamentos e reflexões, e de formarem grupos de ideias consonantes mais facilmente, conseguindo confrontar e argumentar com o gênero oposto e ganhar a atenção das mídias de massa para o movimento que estão construindo. Fazer isso de forma pública e ao mesmo tempo protegida pelo anonimato, e facilitada pela globalidade da internet é, sem dúvidas, uma forma de superação às limitações antes impostas ao ativismo feminista, já que estar presente em discussões off-line nem sempre era acessível a todas, além de ser algo perigoso (em vista da possibilidade de ataques ou ameaças) e dificilmente legitimado e levado a novos públicos pela mídia tradicional, que sempre foi hegemônica. Ser um espaço em que as mulheres podem vocalizar e compartilhar seus anseios, com diferentes experiências e quadros interpretativos, carrega, também, um grande potencial deliberativo.

Ao passo em que as ferramentas digitais findam com algumas dificuldades, elas trazem outras consigo que são próprias do meio: no Twitter, *locus* deste trabalho, o número de caracteres é pequeno para expressão de opiniões e formulação de reflexões mais densas, e embora o anonimato deixe as mulheres mais a vontade para participarem, também dá liberdade àqueles que preferem o discurso de ódio, e se aproveitam da situação para destilar misoginia, discriminação, incivilidade e intolerância, ocasionando a polarização de discursos. Portanto, a internet se configura enquanto um ambiente de disputa de repertório que, apesar de aglomerar vozes distintas, não garante que todas sejam ouvidas e que torna mais difícil a reversão de quadros interpretativos daqueles que não dialogam de maneira democrática.

Cabe, ainda, a reflexão que em contraste com a hashtag estadunidense, tratamos de um ambiente, em sua maioria, brancos(as) e de classe média, evidenciando

que mais investigações precisam ser empreendidas para abraçarem a participação das mulheres negras e de classes menos favorecidas nesses espaços, uma vez que elas lutam com igual vontade, mas com mais percalços, para a conquista da vocalização de suas demandas.

Ademais, a campanha aqui trabalhada também não explicitou a compreensão do machismo como algo estrutural e não impôs a adesão às pautas feministas como um tudo, exceto que o usuário já tivesse esse repertório prévio trazido de experiências em outros contextos, o que ficou nas entrelinhas. Entrementes, é interessante observar que as discussões impulsionaram a visualização e o questionamento de certos fatos enquanto coletivos e atrelados ao gênero, e deram voz a um público alternativo muitas vezes ignorado, o que já é um passo em direção à politização.

Referências

- ASENBAUM, H. 2018. Anonymity and democracy: Absence as presence in the public sphere. *American Political Science Review*, 112(3):459-472.
- BAPTISTA, E. A.; ROSSINI, P. G. C. ; OLIVEIRA, V. V. ; STROMER-GALLEY, J. 2019. A circulação da (des) informação política no WhatsApp e Facebook. *LUMINA (JUIZ DE FORA)*, 13(3):29-46.
- BARDIN, L. 1979. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BARKER-PLUMMER, B.; BARKER-PLUMMER, D. 2017. Twitter as a feminist resource: #YesAllWomen, digital platforms, and discursive social change. *Social Movements And Media*, (14):91-118. Emerald Publishing Limited. Disponível em: <<http://bit.ly/30yGuPL>>. Acesso em: 13/01/2020.
- BAUER, M.; GASKELL, G. (Eds.). 2008. *Qualitative researching with text, image, and sound*. London: Sage.
- BAUMGARDNER, J. 2011. *F'em!: Goo Goo, Gaga, and Some Thoughts on Balls*. Seattle, WA: Seal Press.
- BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. 2012. The logic of Connective Action. *Information, Communication & Society*, (15)5:739-768. Seattle, WA: Informa UK Limited, 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2JBNa9z>>. Acesso em: 13/01/2020.
- BERELSON, B. R. 1952. *Content analysis in communication research*. New York: Free Press.
- BRUNS, A. 2019. *Are Filter Bubbles Real?* Cambridge: Polity Press.
- BUTLER, J. 2015. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- CHAMBERLAIN, P. 2017. *The feminist fourth wave: affective temporality*. United Kingdom, Palgrave Macmillan, 203 p. Disponível em: <<http://bit.ly/2WJNQO5>>. Acesso em: 19/12/2019.
- CHOI, S.; PARK, H. W. 2014. An exploratory approach to a Twitter-based community centered on a political goal in South Korea: Who organized it, what they shared, and how they acted. *New Media and Society*, (16) 1:129-148.
- CLARK, Rosemary. "Hope in a hashtag": the discursive activism of # WhyIStayed. *Feminist Media Studies*, v. 16, n. 5, p. 788-804, 2016.
- CORRÊA, L. A.; CAMELO, A. P.; VIDOTTI, A. L. 2020. *Converging voices dissonantes: liberdade de expressão, grupos vulnerabilizados e desafios à produção cultural online*. Grupo de Ensino e Pesquisa em Inovação (GEPI).
- DAHLBERG, L. 2004. Net-Public Sphere Research: Beyond the "First Phase." *Javnost- Ljubljana*, (11)1: 27-44.
- DELLA PORTA, D.; MOSCA, L. 2005. Global-net for global movements? A network of networks for a movement of movements. *Journal of Public Policy*, (25)1:165-190.
- DIXON, K. 2014. Feminist Online Identity: Analyzing the Presence of Hashtag Feminism. *Journal of Arts and Humanities* (3)7: 34-40. Disponível em: <<https://theartsjournal.org/index.php/site/article/view/509/286>>. Acesso em: 26/04/2020.
- EAGLE, Ryan B. 2015. Loitering, lingering, hashtagging: Women reclaiming public space via # BoardtheBus, # StopStreetHarassment, and the # EverydaySexism Project. *Feminist Media Studies*, v. 15, n. 2, p. 350-353.
- FREITAS, V. G. *De qual feminismo estamos falando?: desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010*. 2017. Brasília, DF. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. 198p.
- GANZER, Miranda. 2014. In bed with the trolls. *Feminist Media Studies*, v. 14, n. 6, p. 1098-1100.
- HOPKE, J. E. 2015. Hashtagging politics: Transnational anti-fracking movement Twitter practices. *Social Media + Society*, (1) 2:1-12.
- ÉNOIS INTELIGÊNCIA JOVEM/INSTITUTO VLADIMIR HERZOG & INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. 2015. #meninapodetudo. Como o machismo e a violência contra a mulher afetam a vida das jovens das classes C, D e E. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/meninapodetudo-machismo-e-violencia-contra-a-mulher-enois-inteligencia-joveminstituto-vladimir-herzoginstituto-patricia-galvao-2015/>>. Acesso em: 11/01/2020.
- KIM, Jinsook. 2017. # iamafeminist as the "mother tag": feminist identification and activism against misogyny on Twitter in South Korea. *Feminist Media Studies*, v. 17, n. 5, p. 804-820.
- KIRA, C. 2013. The Fourth Wave of Feminism: Meet the Rebel Women. *The Guardian* (10 de dezembro 2013). Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/dec/10/fourth-wave-feminism-rebel-women>>. Acesso em: 26/04/2020.
- KRIPPENDORFF, K. 2004. *Content Analysis: An Introduction to its Methodology*. London: Sage Publications.
- KHOJA-MOOLJI, Shenila. 2015. Becoming an "intimate publics": Exploring the affective intensities of hashtag feminism. *Feminist Media Studies*, v. 15, n. 2, p. 347-350.
- LEITE, M. M.; SILVA, A. R. 2019. #FATO ou #FAKE: Efeitos de verdade e a política do silêncio. *Cadernos de Letras da UFF*, (30)59:221-234.
- LEV-ON, A.; MANIN, B. 2008. Happy Accidents: Deliberation and Online Exposure to Opposing Views. DAVIES, T.; GANGADHARA, S. P. (eds.). *Online Deliberation: Design, Research, and Practice*, CSLI Publications, p.105-122.
- MAIA, R. 2009. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 76:87-118.
- MAIA, R. C. M. 2008. *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 380p.
- MAIA, R. C. M. 2012. Representação política de atores cívicos entre a imediaticidade da experiência e discursos de justificação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (27) 78:97-112.
- MARQUES, A. S.; MENDONÇA, R. F. 2018. A política como (des)construção de sujeitos: desencaixes e rearticulações identitárias em protestos multitudinários contemporâneos. *Galáxia*, v.37, p.41-54.
- NEUENDORF, K., 2002. *The Content Analysis Guidebook*. London: Sage Publications.
- ORLANDI, E. 2015[1990]. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4ª reimpressão da 6ª edição. Campinas, Editora da Unicamp.
- ORLANDINI, M. G. 2019. Ativismo de sofá ou participação política? Os processos de politização do ativismo por hashtag. *Revista Mediação*, (22)29:133-151.
- ORLANDINI, M. G.; OLIVEIRA, B. S. M.; COSTA, T. B. 2019. De quais feminismos estamos falando? *Compólitica*, (9)2:141-158.
- PRUDÊNCIO, K. 2009. Comunicação e mobilização política na internet. *Revista Extensão em Foco*, 4:97-105. Disponível em: <<http://bit.ly/2JiU3NT>>. Acesso em: 19/12/2019.

- RODINO-COLOCINO, Michell. 2014. #YesAllWomen: Intersectional mobilization Against Sexual Assault is Radical (Again). *Feminist Media Studies*, n 14, v. 6, p.113–1115.
- ROSSINI, P. 2019. Disentangling uncivil and intolerant discourse in online political talk. In: *A Crisis of Civility?* Routledge, p. 142-157.
- ROSSINI, P.; MAIA, R. C. M. 2019. Characterizing Disagreement in Online Political Talk: Examining Incivility and Opinion Expression on News Websites and Facebook in Brazil. *Journal of Public Deliberation*.
- SHAW, Frances. 2016. “Bitch I said hi”: The Bye Felipe campaign and discursive activism in mobile dating apps. *Social Media+ Society*, v. 2, n. 4.
- SUNSTEIN, C. R. 2018. *#Republic: Divided democracy in the age of social media*. Princeton University Press.
- THRIFT, Samantha C. #YesAllWomen as feminist meme event. *Feminist Media Studies*, v. 14, n. 6, p. 1090-1092, 2014.
- VAN DIJCK, José. 2013. *The culture of connectivity: A critical history of social media*. Oxford University Press.
- VAN DIJCK, J; POELL, T. 2013. Understanding social media logic. *Media and Communication*, 1(1): 2–14. Washington.
- VIMIEIRO, A. C.; BARGAS, J. R. 2019. O uso de dados e métodos digitais nas pesquisas em comunicação. *Revista FAMECOS*, (26)2:32473.
- VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. C. M. 2017. Campanhas cívicas e protestos de torcedores: em análise, a politização do futebol. *Esferas*, (10)6:33-46.
- YANG, G. 2016. Narrative Agency in Hashtag Activism: The Case of #BlackLivesMatter. *Media and Communication*, v. 4, n. 4, p. 13.